

cumbe-lhe o dever de colaborar na formação do senso de responsabilidade cívica e política dos cristãos. Sua atitude já lhe valeu acerbas críticas, no entanto ela se funda numa presunção absolutamente leal: ela acredita na intenção de fazer deste país uma democracia. Ora, não há democracia sem partidos, como não há democracia autêntica sem possibilidades reais de revezamento no exercício do poder. Na sua incurável ingenuidade, a Igreja deu e continua a dar um testemunho decisivo: ela acredita no homem, porque ela acredita em Cristo, *Redemptor Hominis*.

SÍNTESE: Belo Horizonte, Nova  
Esse, 9 (94): 53-72. Sem. de  
1989.

## MOBRAL: A FALÁCIA DOS NÚMEROS (UM DESACERTO AUTORITÁRIO II)\*

Vanilda P. Paiva

### 1. O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Considerando que o PAF. (Programa de Alfabetização Funcional) constituiu o programa central do Movimento Brasileiro de Alfabetização, consumindo a maior parte dos seus recursos (71,6% em 1977; 64,7% em 1978; 73,32% em 1979), ele deve ser objeto importante da nossa atenção. O quadro abaixo, incluindo a citação de fontes foi fornecido pelo próprio Mobral.

\* Ver "Síntese", nº 23, Set-Dez., 1981, 83-114

COMPORTAMENTO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL  
1970/78

ANO	META	ALUNOS CONVÊNIA- DOS	% DE ATIV. GIMENTO DA META	ALUNOS ALFABETI- ZADOS	PRODUTIVI- DADE (%)	ÍNDICE DE ANALFABE- TISMO (1)	POPULAÇÃO ADULTA ANALFABETA
1970	-	507.567	-	172.089	33,9	33,6	18.146.977
1971	4.214.540	2.560.061	-	1.031.320	41,8	30,7	15.262.227
1972	5.015.000	4.234.611	100	2.042.883	48,2	25,5	15.064.673
1973	5.098.000	4.531.100	98	1.764.397	38,2	21,9	13.318.120
1974	5.098.000	4.726.130	98	1.923.922	40,6	18,9	11.850.226
1975	4.449.000	4.373.568	98	1.656.502	37,8	16,4	10.643.730
1976	4.634.387	3.923.588	85	1.412.957	36,9	14,2	9.479.586
1977	4.782.500	3.693.989	81	1.203.258	31,9*	12,3*	8.391.000
1978	4.438.650	3.605.900	86	1.256.000*			

(\*) Estimativa baseada nos resultados de produtividade dos convênios do 1º semestre.  
Fonte: - Relatório GEPAEC (29.13.78); Alunos Convênios dos  
- Relatório DATAMEC; Situação dos Convênios de AF - SIOAF - Novembro 1978  
- Relatório ASCON 7.12.78.

Observamos pela tabela que, entre 1970 e 1978, foram assinados convênios para o atendimento de 33 milhões de alunos, sendo considerados alfabetizados no período de 12,53 milhões de pessoas, apresentando o programa uma "produtividade" média em torno de 38%. Este quadro é completado pelos dados do relatório do Mobral de 1979 que indica terem sido conveniados mais 3 milhões, devendo ter sido alfabetizados cerca de 1 milhão de pessoas (os dados divulgados em 1981 indicam 3.348.677 conveniados e 1.129.289 alfabetizados, sendo uma "produtividade" média de 32% e uma redução do número de ambas fontes oficiais do MOBREAL), assegurando ao movimento alfabetos a 11%. Os "Resultados do programa Mobral - período de 1970 a 1980" mostram um total de 2,5 milhões conveniados dos quais teriam sido alfabetizados 810.000 em 1980, números com os quais chegamos a um total de mais de 38 milhões de conveniados e de mais de 14 milhões de alfabetizados entre 1970 e 1980. Internamente afirmava o Mobral ter logrado reduzir o índice de analfabetismo entre a população de 15 anos e mais naquele ano para 9,5% com o que teria o movimento, numa década de atuação, provocado a redução daqueles índices da ordem de 24,1%.

Consideremos inicialmente os dados relativos ao desempenho do programa até o ano de 1976, já que com a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD-76) pelo IBGE levantou-se publicamente a polémica em torno da propalada diminuição

ção daqueles índices em consequência da atuação do Mobral (49). Verificamos que até 1976 havia o Mobral "conveniador" cerca de 25 milhões de alunos e alfabetizado mais de 10 milhões de pessoas, conforme a tabela transcrita da publicação oficial do movimento intitulada *Solte o Mobral e leia Brasil*, na qual os dados estão discriminados por estado.

(49) O *Jornal A Folha de São Paulo* em sua edição de 16.08.78 publicou um artigo assinado por Eduardo M. Suplicy no qual o autor comparava os índices de analfabetismo encontrados pela PNAD/73 com aqueles revelados pela PNAD/76, concluindo que aqueles índices haviam se elevado e não diminuído em várias regiões brasileiras, apesar da atuação do Mobral. Este artigo, produzido em outras publicações, recebeu resposta do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada no mesmo jornal no dia 19 daquele mês. Este contestou a validade das comparações feitas e, portanto, as conclusões tiradas, já que a metodologia utilizada nas duas pesquisas não foi a mesma. A metodologia empregada pela PNAD/73 provocou a sub-estimação do número de analfabetos porque não permitia a distinção de casos de pessoas não alfabetizadas que tinham algum nível de escolaridade. Segundo o presidente do IBGE "os resultados da PNAD/76 podem, com mais propriedade, ser comparados aos dados levantados nos diversos censos, como o de 1970". Veja-se "IBGE comenta dados do PNAD". *Folha de São Paulo*, 19.08.78. Realmente, o critério adotado no Censo de 1970, e que permaneceu inalterado em 1980, foi o de considerar como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem, sendo classificadas como analfabetas aquelas que podem apenas assinar o nome. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 1973 não apresenta dados comparáveis aqueles obtidos pelo Censo pois foi utilizado um único questionário para alfabetização e nível de escolaridade, supondo-se portanto alfabetizadas as pessoas que possuíam algum nível de escolaridade — o que na verdade não ocorre. Os dados de 1973, portanto, indicam um nível de analfabetismo menor do que aquele que seria obtido como metodologia análoga à do Censo.

ANALFABETOS NO BRASIL

POP DE 15 ANOS E +	1970		1976	
	ANALFABETOS DE 15 ANOS E +	ÍNDICE DE ANALFABETISMO	ANALFABETOS DE 15 ANOS E +	ÍNDICE DE ANALFABETISMO
AC	108.312	50,394	132.270	15,770
AL	886.851	534.946	1.070.912	174.800
AM	497.686	189.542	619.602	74.938
AP	57.197	19.534	81.089	10.689
BA	4.098.085	2.115.232	4.832.509	1.011.912
CE	2.377.248	1.297.711	2.853.474	40.543
DF	310.097	53.938	789.350	198.592
ES	882.374	303.151	1.087.181	11,1
GO	2.967.949	316.126	2.126.103	507.660
MA	1.638.633	632.073	1.773.488	395.715
MG	6.523.619	2.326.758	6.941.425	1.141.623
MT	870.384	303.968	1.285.560	188.040
PA	1.171.229	320.080	1.491.933	243.571
PB	1.321.681	149.089	3.413.980	585.668
PE	2.901.149	1.489.089	1.102.892	278.152
PI	681.247	635.058	5.085.314	803.900
PR	3.778.596	1.204.885	6.883.351	485.597
RJ	2.823.278	875.041	1.073.079	279.546
RN	851.503	461.313	4.621.486	525.967
RS	4.065.358	802.886	72.487	11.951
RO	60.384	21.550	35,7	5,166
SC	1.586.012	321.104	1.972.165	68.836
SE	486.144	261.238	549.235	162.677
SP	11.254.921	2.148.021	13.541.057	1.641.933
BRASIL	54.007.985	18.146.891	64.854.699	10.632.50

Nota: Em 1977 a estimativa da população de 15 anos e mais era de 67.000.000 aproximadamente e de analfabetos 9.200.000, calculado assim o índice de analfabetismo para 13,9.

Se calcularmos, com base na PNAD/76, os índices de analfabetos para a população de 15 anos e mais, chegaremos aos seguintes resultados:

PNAD-76  
MÃO SABER LER E ESCREVER

	BRASIL			RIO DE JANEIRO REGIÃO I			SÃO PAULO REGIÃO II		
	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL
TOTAL	219	265	243	6,2	12,4	9,4	9,9	17,0	13,5
URBANO	12,4	18,2	15,4	7,9	13,6	10,9	8,8	14,8	11,3
RURAL	40,1	44,9	42,4	30,6	35,6	32,9	22,6	33,0	27,5

  

	SC, PR e RS REGIÃO III			MG e ES REGIÃO IV			RJ, AC, AM, RN, PA, AP, MT, GO, REGIÃO V			PB, PE, AL, SE, REGIÃO VI		
	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL
TOTAL	13,9	19,4	16,8	20,7	28,2	23,5	44,4	44,1	44,2	16,3	18,7	16,3
URBANO	8,1	15,3	11,7	12,5	18,5	15,6	26,2	28,9	27,7	16,3	18,7	16,3
RURAL	20,0	28,7	23,1	34,0	41,4	37,8	59,5	59,3	59,4	17,6	25,1	18,3

  

	DISTRITO FEDERAL REGIÃO VI			RJ, AC, AM, RN, PA, AP, MT, GO, REGIÃO VII		
	H.	M.	TOTAL	H.	M.	TOTAL
TOTAL	8,2	13,2	10,8	13,9	18,7	16,3
URBANO	6,0	10,1	8,5	13,9	18,7	16,3
RURAL	17,6	25,1	21,3	17,6	25,1	18,3

A nova tabela, comparada com aquela apresentada pelo MobraI em "Analfabetos no Brasil", também relativa ao ano de 1976, deixa perceber uma enorme diferença entre os 44,2% encontrados como média regional para os estados do nordeste e os índices apresentados pelo MobraI para os estados daquela região (12,3% em Alagoas, de 17,8% na Paraíba ou de 17,2% em Pernambuco). Para o conjunto do país, enquanto o MobraI afirmava ter reduzido aquele índice de 33,6% (censo de 1970) para 16,4%, os dados da PNAD-76 nos davam a co-nhecer um percentual de 24,3%. Nos deparamos com uma diferença de quase 8% entre os dados oferecidos pelas duas entidades oficiais, para 1977 o índice de 14,2% de analfabetismo, entre a população de 15 anos e mais, enquanto que a PNAD-77 indicava 23,8% de analfabetos, sendo encontrados os índices de 15,3% na zona urbana e 41,8% na zona rural do país (excusive a população rural da região VIII). Considerando-se os dados da PNAD-78 e da PNAD-79 vamos encontrar índices, respectivamente, de 23,8% e de 23,0%. Abra-se aqui um par-entese para esclarecer que estes cálculos foram feitos tomando como base a população de 15 anos e mais. Outros cálculos, feitos pelo próprio IBGE a partir dos dados das PNADs e que consideraram a faixa etária de 15 a 69 anos, nos ofereceram os seguintes índices: 1976: 22,8%; 1977: 22,6%; 1978: 22,7%; 1979: 21,8%. Pode-se, portanto, sem medo de errar, afirmar que o Censo de 1980 indicará índices de analfabetismo superiores a 20% para a população de 15 anos e mais, o que nos fará defrontar com um número absoluto de analfabetos

se não superior ao menos semelhante àquele que encontramos há 1 década. Neste sentido, a ação do Mobral não foi mais eficiente que a da fracassada CEAA, atuante ao longo dos anos 50. Mas, seja qual for o critério utilizado para o cálculo é fácil observar que o passar dos anos e tal diferença precisa ser explicada. Tentemos, para isso, constituir o processo pelo qual passam as classes do Mobral(50).

O "aluno conveniado" existe apenas no papel. O Mobral fixa anualmente a sua meta quanto ao número de alunos e busca atingi-la em função dos quais ele distribui os recursos destinados à alfabetização. As metas são estabelecidas globalmente por estado e desmembradas por município, sendo que durante muitos anos elas foram fixadas pelo próprio Mobral Central para cada um deles. Tal prática, que não considerava as condições específicas dos municípios, foi responsável pela assinatura de convênios cujas metas eram elevadas número de "alunos conveniados" pelo Mobral. Cabe, no entanto, a pergunta: não pereberiam acaso os prefeitos que firmavam tais convênios de ex-sibiñidade de atingir o número fixado de alunos? Depoimentos de tais prefeitos de cidades no interior do país indicam que muitos dos convênios foram firmados em consequência do oportunismo daqueles que viam como positiva a entrada de quaisquer recursos no município embora soubessem que as metas dos convênios não seriam atingidas, de pressões exercidas por funcionários do Mobral — que se viam com a missão de "arrancar" dos prefeitos registrar, entre outras, as ameaças das metas da instituição, de vendo-se registrar do Município para os interesses de corte do Fundo de Participação do Município locais na indústria alfabetizadores, na colocação de funcionários da Prefeitura

(50) As considerações que tecemos sobre os porques da diferença não levam em conta a questão da manipulação dos dados, embora possamos encontrar algumas nelas neste sentido. Especialmente em relação aos primeiros anos de funcionamento do Mobral, quando teria havido uma "confusão deliberada" entre alunos conveniados e alunos matriculados. A comprovação de tal "confusão" pode ser observada através do fato de que à época do Pa. Sp. tornam-se alunos matriculados nas classes do Mobral. Tabela recente divulgadas pelo primeiro ano de funcionamento daquelas classes. Consulte-se o *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 16.03.1976, p. 361.

à disposição da Comissão Municipal do Mobral, etc(51). O número de "alunos conveniados", portanto, pouco significa. O primeiro dado aqui nos deve interessar é o número de alunos matriculados. Coloca-se com base no "aluno conveniado", se ela se elevaria substancialmente que frequentam as classes? Só podemos encontrar duas respostas: tal procedimento, por um lado, reduziria substancialmente o impacto das cifras, porque as mais impressionantes são aquelas relativas aos "alunos conveniados"; por outro lado, a instituição nunca conseguiu superar os problemas relativos aos convênios de controle dos dados referentes à matrícula e à frequência.

Iniciado o recrutamento dos analfabetos nos vemos diante do número de alunos matriculados, em geral, bem inferior àquele estabelecido nos convênios. Temos, no primeiro dia de aula, uma nova cifra: o dos alunos que efetivamente compareceram à sala de aula. Dos alunos pelos técnicos do Mobral como "perdas de mobilização". No decorrer dos 5 meses do curso de alfabetização devemos ainda deduzir daquela cifra os alunos que se evadiram e considerar também os de frequência irregular. Não raro a evasão determina a junção de classes e a frequência irregular pode suspender o funcionamento de uma classe por um determinado tempo. Ao final do curso, chega — portanto — apenas uma parcela (por vezes bem pequena) daqueles que se matricularam e dados precisos sobre tal processo em todo o país não podem ser obtidos com facilidade(52).

As perdas acima indicadas nos colocam diante de uma questão central para avaliação dos resultados do Mobral: quantos, entre os alunos

(51) Na CPI do Mobral a professora Teresinha Saraiva admitiu a existência de "convênios frios", com a repetição dos mesmos alunos em classes diferentes de simulação de postos, de criação de alunos fictícios. O governador Paulo Guerra, de Pernambuco, citado pelo Senador João Calmon, afirmou que, em sua propriedade havia um posto do Mobral com duas pessoas: a professora e sua filha. Mas da folha deste posto constavam entre 35 e 40 nomes. E este certamente não constitui nem constitui um caso isolado. Veja-se o *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 09.03.1976, p. 134. Mesmo considerando apenas os "alunos conveniados" e os "alunos alfabetizados" os números apresentados a cada relatório do Mobral variam, embora em proporções não muito significativas. Isto nos dá uma amostra de quanto pouco confiáveis seriam os dados se a instituição trabalhasse com o número de alunos matriculados que frequentam as aulas.

que chegaram ao final dos cursos, são considerados "alunos alfabetizados", contabilizáveis na redução dos índices de analfabetismo fornecidos pela instituição?

Não nos parece descabido formular a hipótese de que a maior parte dos alunos que "sobrevive" ao processo descrito recebe, no final do curso, o seu certificado de "aluno alfabetizado". Esta suposição apoia-se sobre os resultados de pesquisa realizada em setembro de 1975 pelo próprio Mobral na região nordeste, onde se encontravam 60% dos seus alunos(53), atingindo 22 municípios. Independente da avaliação do valor intrínseco do teste empregado, bem como dos níveis de dificuldade estabelecidos, verificamos que os resultados obtidos pelos alunos do Mobral que frequentavam o 5º mês do curso de alfabetização, não podem ser classificados como brilhantes. No que concerne à leitura 57,9% dos alunos não era capaz de ler um texto simples e cerca de 15% deles não era capaz de sequer ler palavras isoladas. 4% dos alunos não foi capaz de acertar qualquer item do teste de leitura; 17,3% logrou acertar todos os itens. Quanto à escrita 41,4% não era capaz de escrever sequer palavras isoladas; 58,9% não era capaz de redigir uma frase, 61,8% não era capaz de escrever palavras e endereçar um envelope, 74,9% não logrou acertar nenhum item. No mesmo teste 16,2% dos alunos não logrou acertar todos os itens. No seu conjunto cerca de 50% não lograva realizar operações com números inteiros e 55,8% não conseguiu acertar na solução de um número simples, sendo a questão mais difícil a multiplicação (54). A mesma pesquisa realizada na região Sudeste (55) deixa também perceber — apesar dos dados serem apresentados de forma bem diversa, da amostra ser bem menor e das modificações introduzidas de modo a dificultar a crítica do programa — que acerca de 10% dos alunos não logrou acertar qualquer questão no teste de leitura e de cálculo, o mesmo ocorrendo com 27,2% deles no caso da escrita. Preferimos, porém, considerar como mais fidedignos os dados da primeira pesquisa não somente a amostra é bem maior e se refere à região onde se concentravam os alunos do Mobral mas especialmente porque ela foi realizada sem atender à recomendação da direção da instituição de

que pesquisas deveriam ser realizadas "sempre que consagradoras", conforme expressão de Arlindo Lopes Correia.

Se compararmos os resultados da pesquisa no nordeste com o que o próprio Mobral estabeleceu como critério para considerar o aluno alfabetizado, concluiremos que poucos poderiam — no 5º mês do curso de alfabetização — ser considerados como tal. Segundo uma publicação de 1973(56) o aluno alfabetizado deveria ser capaz, com relativo desembaraço, de: 1. ler e escrever seu próprio nome, seu endereço e recibos; redigir um requerimento, se for orientado para isso; 2. escrever pequenos problemas sobre os acontecimentos do dia a dia; 3. resolver pequenos problemas sobre os acontecimentos do dia a dia; 4. somar e conferir notas de compras; 5. calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família; 6. fazer troco com o dinheiro em circulação; 7. fazer o cálculo de tempo necessário a viagens e deslocamento em condução; 8. expressar-se oralmente e por escrito e interpretar pequenos trechos com compreensível suas idéias; 9. ler e escrever pequenas notícias de jornais e cartas além de consultar catálogos de telefones e ruas; 10. ler e executar ordens funcionamento do Mobral e deixado de lado em 1977 quando o aluno alfabetizado, estabelecido nos primeiros anos de substituído por "objetivos terminais" e por uma avaliação subjetiva de tudo dos textos e das frases que lê; 2. escrever textos e frases com todo o conteúdo; 3. resolver situações-problema, envolvendo as 4 operações, com número de um e dois algarismos, com e sem agrupamentos; 4. resolver situações-problema que envolvam medidas de comprimento (m, cm, km), cálculo de perímetro, medidas de capacidade (l, me-l) utilizando quantidades inteiras e frações(57). Verifica-se, assim, que o nível de exigência formal caiu a partir de 1977 mas mesmo assim, considerados os resultados da pesquisa realizada no nordeste em 1975, alunos do 5º mês poderiam ser considerados alfabetizados. A "avaliação subjetiva", porém, poderia permitir a aprovação de poucos, do em consideração ao processo que anteriormente descrevemos. Levando de conhecimento os critérios do "Decálogo" e utilizando os resultados da pesquisa realizada na região nordeste em 1975

(53) Mobral. *Subsídios para avaliação do programa de alfabetização funcional*. MEC, maio de 1976, p. 46.

(54) *Ibidem*, p. 89-108.

(55) Mobral. *O Programa de Alfabetização Funcional Região SUDESTE - subsídios para avaliação*. MEC, junho de 1978.

(56) MEC. *Mobral: sua origem e evolução*, op. cit., p. 45. Ver também CETEP/SEPEP. *Análise do nível operacional do adulto analfabeto*. MEC/MOBRAL, p. 43.

(57) Mobral. *Relatório Programas GEPED*, Rio de Janeiro, 1977, p. 24.

mostra que a "produtividade" do trabalho alfabetizador do Mobral era muito baixa: não atingiria 40%, calculados não sobre os "alunos convenientes" mas sobre os alunos que sobreviveram até o quinto mês do curso de alfabetização. Ora, como a "produtividade" divulgada pelo Mobral sempre esteve em torno de 40% sobre os alunos convenientes, conclui-se que aí estão contados como alfabetizados alunos que estão muito longe de atender aos critérios inicialmente estabelecidos pela gerência pedagógica do próprio Mobral.

A suposição de que nem todos os "alunos alfabetizados" podem ser considerados como tal é reforçada pelo fato de que, no nordeste, em 1975, cerca de 20% da clientela era formada por alunos que anteriormente já haviam frequentado classes do Mobral. A grande maioria destes as frequentava pela segunda e terceira vezes, constatando-se — porém — casos de quarta vez. A principal causa do retorno indicada era "por não saber ler e escrever" e, como era possível indicar mais que uma causa, uma parte dos alunos assinalou que não haviam chegado a terminar o curso, mas isto não foi indicado por todos. Além disso, a experiência mostra, confirmando o resultado da pesquisa, que muitos dos que terminam os cursos do Mobral, a eles retornam mesmo tendo sido considerados alfabetizados: este é um fato do conhecimento público, podendo ser constatado tanto nas grandes cidades quanto no interior. O mesmo fenômeno foi também comprovado pela pesquisa realizada na região SUDESTE, onde 28,3% dos alunos entrevistados já haviam frequentado classes do MOBREAL (denomine estes, tomados como 100%, 22,7% já frequentara 1 vez anteriormente, 55,2% duas vezes e 11,4% três vezes). Também aqui a principal causa de retorno era "por não saber ler e escrever" (59,8%) (58). E também comum nos depararmos com "alunos alfabetizados" que sabem escrever mas não sabem ler, o que indica ter-se reduzido o processo alfabetizador, nestes casos, à memorização de letras e palavras e à aquisição da capacidade de "ferrar o nome" — repetindo o Mobral uma estória que já conhecemos desde os tempos do CEA.

Ressalte-se aqui, retornando à questão da diferença de índices de analfabetismo observada entre os dados do Mobral e da PNAD-76, que os alunos que repetem os cursos e chegam ao seu final, ao receberem um certificado são computados a cada repetição como um analfabeto a menos, contribuindo duas, três ou mais vezes para a redução dos índices apresentados pelo Mobral.

(58) Mobral. *O Programa de Alfabetização Funcional Região SUDESTE* - op. cit.

Mas, a precária aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita resulta, entre outras coisas, da precária qualidade do ensino oferecido. — considerando que esses professores são por vezes tão eficientes quanto seus colegas diplomados, dependendo do seu empenho, motivos e treinamento recebido — constatamos que o corpo docente dos alfabetizadores entrevistados tinha terminado entre a 1ª e a 3ª série do primeiro grau. Na região sudeste não foram entrevistados professores com menos de 4 anos de escolaridade, 23,4% terminando a 4ª série e 26,6% deles chegou a iniciar outras séries do conjunto com aqueles relativos a iniciar outras séries do primeiro grau. Estes dados só adquirem relevância se considerados da pelos alfabetizadores. Na região nordeste 1,8% dos professores recebe treinamento algum; mais de 50% deles receberam treinamento algum; mais de 50% deles foram oferecidos (contando-se aqui todos os treinos recebidos) apenas 10 horas de treinamento; deste cerca de 40% dos professores recebeu um treinamento (contando-se aqui todos os treinos recebidos) apenas 10 horas de treinamento; 20% recebeu dois, sendo que para 41,2% deles tais treinamentos tiveram duração de até 10 horas. Na região nordeste cerca de 30% dos alfabetizadores entrevistados declarou nunca ter recebido qualquer espécie de supervisão e 18,9% afirmou nunca ter recebido supervisão apenas uma vez. Na região sudeste também cerca de 30% dos alfabetizadores declarou nunca ter recebido supervisão (59).

Além do mais, a precária aprendizagem está ligada ainda aos baixos índices de frequência. Dados sobre a frequência não foram incluídos no relatório relativo à região sudeste. Quanto à região nordeste, deparamos com as seguintes porcentagens de alunos presentes em sala sobre o número de alunos declarados: Maranhão: 45%; Piauí: 41%; Ceará: 47%; Rio Grande do Norte: 51%; Paraíba: 54%; Pernambuco: 47%; Alagoas: 60%; Sergipe: 43%; Bahia: 53%. Média da região nordeste: 49% (60).

(59) Todos os dados aqui citados são encontrados nas duas pesquisas de avaliação realizadas pelo Mobral e anteriormente indicadas. *Subsídios para avaliação*,... op. cit., p. 357. Se o número de alunos declarados é irreal, então os índices de frequência seriam mais elevados do que aqueles constatados. No entanto, os aplicadores do questionário sobre a frequência consideram que estes índices podem também estar inflacionados porque, em muitos locais, professores e alunos foram avisados sobre a falta de um pesquisador que observaria a frequência.





Merecem ainda consideração os índices de alfabetização calculados por Estado. Calculamos a partir das Tabelações Avançadas do Censo de 80. Elas nos permitem observar mais claramente o irrealismo, quando a tabela abaixo com os índices publicados em *Solerte Mobral e leia Brasil* para 1976 e reproduzidos neste trabalho, verificamos que embora as explicações dadas para a diferença de índices do Mobral e do IBGE sejam reais, elas não explicam tudo — obrigando a reconhecer a redução fictícia de tais índices pelo Mobral através da manipulação de dados. De acordo com o IBGE os índices caíram em todos os estados brasileiros exceto num deles. Na Paraíba, onde o censo de 1970 indicava a existência de 55,2% de analfabetos de 15 anos e mais e o Mobral afirmava em 76 tê-los reduzido a 17,8%, nos deparamos no Censo de 80 com 62,7%. Tal elevação se deve em certa medida a intensa migração para outros estados (podendo-se supor que os analfabetizados migram com mais facilidade) que provocou inclusive considerável redução da população do Estado; mas entre a elevação dos índices em 7,5% durante a década, segundo o IBGE, e a redução de 37,4% anunciada pelo Mobral após 6 anos de atuação (1976) há uma distância tal que é forçoso reconhecer a manipulação dos dados. Mas, mesmo em estados onde ocorreu redução dos índices durante a década, de acordo com os dados do IBGE, observamos que as diferenças entre os índices do Mobral de 76 e os do IBGE em 80 são dificilmente explicáveis se não incluímos o fator manipulação de dados. E o caso de Alagoas (Censo 80 = 54,9%, Mobral 76 x 12,3%), Amazonas (Censo 80 = 32,8%; Mobral 76 = 12,1%); Rio Grande do Norte (Censo 80 = 45,0; Mobral 76 = 26,1%); Sergipe (Censo 80 = 48,7%; Mobral 76 = 29,6%); Pernambuco (Censo 80 = 42,3%, Mobral 76 = 17,2%); Piauí (Censo 80 = 51,9%; Mobral 76 = 25,2%), Maranhão (Censo 80 = 52,7%; Mobral 76 = 22,3%).

CENSO DE 1980  
ANALFABETOS NO BRASIL

ESTADO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	ANALFABETOS DE 15 ANOS E MAIS	ÍNDICE DE ANALFABETISMO
ALAGOAS	1.111.282	610.633	54,9%
AMAZONAS	779.660	255.250	32,8%
BAHIA	5.462.361	3.178.613	58,2%
CEARÁ	3.178.613	1.454.424	45,8%
DISTRITO FEDERAL	221.313	83.842	37,9%
ESPIRITO SANTO	1.247.517	305.885	24,5%
GOIÁS	2.267.362	514.018	22,6%
MARANHÃO	2.210.628	1.165.205	52,7%
MINAS GERAIS	8.391.240	2.432.760	28,9%
MATO GROSSO DO SUL	828.965	184.722	22,3%
MATO GROSSO	666.272	199.778	29,8%
PARANÁ	3.664.276	1.551.356	42,3%
PARAÍBA	1.308.630	626.301	47,9%
PARANÁ	1.384.917	526.789	37,9%
RIO DE JANEIRO	4.713.748	1.011.581	21,4%
RIO DE NEGRÓ	7.802.408	840.557	10,7%
RIO GRANDE DO NORTE	1.121.894	505.081	45,0%
SANTA CATARINA	5.206.141	691.731	13,3%
SERGIPE	2.267.488	303.514	13,4%
SÃO PAULO	6.386.008	311.328	4,9%
TEREZÓPOLIS (CABRE	16.880.136	2.370.100	14,0%
AMAPA, RORAIMA E RONDONIA)	527.272	194.830	37,1%
BRASIL	74.877.286	19.266.082	25,8%

FONTE: Tabelações Avançadas do Censo Demográfico 1980.

A tabela acima permite observar que as maiores reduções dos índices em relação ao Censo de 1970 ocorreu nos estados de Goiás (16,8%); Ceará (8,8%), Piauí (8,8%). As reduções menos significativas em tais índices ocorreram nos estados de Sergipe (5%), São Paulo (5,1%), Amazonas (5,3%) e Pará (5,6%). Os demais estados situam-se próximos da média (7,8%) alcançada na década. (\*63)

Finalmente vale assinalar que, com a redução dos índices de analfabetismo em 7,8% entre 1970 e 1980, nos vemos diante do crescimento no número absoluto de analfabetos que cresceu, na mesma década, no conjunto do país de 18.146.891 para 19.356.052.

Tratamos neste trabalho o Mobral fundamentalmente como programa alfabetizador porque o Programa de Alfabetização Funcional (PAF)

(\*63) Não foram considerados os territórios (tratados em conjunto nas Tabelações Avançadas do Censo de 80) e os estados onde ocorreu fusão (Guaraná/Rio de Janeiro) ou desmembramento (Mato Grosso).

constituiu ao longo da década o principal programa do movimento, o qual nele empenhou a maior parte de seus recursos. Podemos constatar no quadro seguinte que o PAF absorveu, juntamente com as despesas relativas à administração do movimento, considerados os anos que vão de 1973 a 1979, porcentagens do orçamento que oscilaram entre 78,6% e 93,7%. O restante foi destinado a programas diversos, cuja avaliação exigiria pesquisa e análise específica. Entre eles, porém, o Programa de Educação Integrada (PEI) não apenas recebeu a maior parte dos recursos restantes como possui, inagavelmente, uma relevância maior como forma de atuação do movimento.

MOBRAL - EVOLUÇÃO DA DESPESA - 1973/1979

PROGRAMAS ATIVIDADES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
ALFABETIZAÇÃO	178.778.846	238.537.788	218.380.928	318.278.944	487.554.816	65,3	815.472.456
	78,5	78,8	73,3	80,9	65,3	64,7	73,3
CULTURAL	18.103.227	21.278.000	5.112.719	8.650.457	13.228.107	2,8	14.251.062
	7,2	8,9	1,8	2,7	1,8	2,8	0,8
PROFSSIONALIZACAO	-	8.350.000	5.000.000	2.487.088	4.938.251	0,7	24.718.881
	-	1,7	1,7	0,6	0,7	1,9	2,2
ZACAO	-	-	-	0,8	0,2	0,8	0,4
ACAO	-	-	-	0,1	0,1	0,2	0,4
COMUNITARIA	-	-	-	4.848.107	11.211.156	57.840.795	66.958.198
	-	-	-	1,6	1,5	4,2	3,8
ED COMUNITARIA	-	-	-	17.678.789	2,4	18.118.189	-
RIA NA SAUDE	-	-	-	-	2,4	1,8	-
CAMPANHAS	-	-	-	-	10.642.820	68.100.803	85.348.848
PORTE PIYODOS	-	-	-	-	10.642.820	68.100.803	2,1
EDUCACAO	21.448.806	20.727.928	18.123.803	8.700.420	10.642.820	5,5	440.251
INTEGRADA	9,3	8,7	5,2	1,7	1,4	5,5	0,1
TECNOLOGIA DA	-	-	-	-	-	-	-
ESCRASER	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRACAO	18.647.580	24.482.240	53.640.195	50.683.197	98.453.788	324.888.728	281.408.244
	7,2	7,9	17,9	12,8	11,3	18,8	18,5
AMORTIZACAO	-	-	-	-	-	-	-
DE EMPRESTIMO	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	220.873.287	310.378.241	293.806.224	303.812.121	746.053.528	1.281.480.727	1.763.808.442
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados 1977 - Ed. de Matem e Acao Comunitaria - Alvinho Lopes Garcia - MOBRAL/VAOS - 1979 - N.º 9 - 483, 484  
 Dados de 1979 - Ruben de Moura, 1980 - p. 27.

A oferta da oportunidade de "educação continuada" pós-alfabetização não constituiu, ao longo da história do Mobral, uma preocupação importante do movimento nem foi pensada antes de ter sido o programa lançado. O próprio Mobral admite que o programa de "educação integrada" não nasceu do conhecimento prévio dos responsáveis pelo movimento dos problemas relativos à regressão da aprendizagem e do malogro das campanhas anteriores. Ele teria surgido como resultado da constatação "informal e empírica" nas frentes de atuação da campanha de que os egressos dos cursos de alfabetização "aspiravam por novas oportunidades de continuidade de seus estu-

dos" (64). Foi resultado do método característico do Mobral: o do "ensio e erro".

Realmente, a "educação integrada" começou a existir em 1971 com caráter experimental, em diversos estados do país (exceto Guanabara e Acre), sendo a experiência planejada, financiada e realizada pelas editoras Abril, José Olympio e Bloch que prepararam o material didático a ser vendido ao Mobral. Esta experiência teria atingido, segundo dados difundidos pelo movimento na época e que não são hoje em dia considerados confiáveis nem pelo próprio Mobral, por terem sido manipulados e superestimados um total de 48.000 alunos - ou seja, menos de 10% do total dos alunos que o movimento indicou na época como tendo sido "conveniados" (500.000). Mas, nem sempre o Mobral reconheceu o caráter improvisado e "empírico" de tal programação. Assim, o Pe. Sportotomo buscou justificar a disparidade entre o número de alunos alfabetizados e o de alunos atingidos pela experiência da "educação integrada" da seguinte maneira:

"Na verdade, a maioria daqueles que buscam classes de alfabetização não querem mais que saber ler e escrever, não se preocupam em continuar os estudos. De modo que a demanda pela educação continuada é muito grande em comparação com aquela da alfabetização. Devemos fazer uma distinção entre 'desejos de aspiração' e 'nível de aspiração'. Muitos tem o desejo de aspiração e 'nível de aspiração' que implica em um nível educacional mais elevado, mas não chegam a aspirá-la propriamente, pois nada fazem para conquistá-la. Isto é o mais comum. Já o 'nível de aspiração' é que faz com que o indivíduo busque os meios para realizar o que aspira. A sua, naturalmente, o curso clássico. Quantos colegas seus chegaram também à universidade? Quantos à pós-graduação? São poucos os que possuem nível de aspiração. 10% é o percentual esperado de alunos que realmente aspiram à educação continuada, de modo que foi prevista desde o início esta fase educariva que o Mobral oferece aos que desejam continuar a estudar" (65).

A simplória explicação oferecida pelo Pe. Sportotomo era compatível com o seu nível de conhecimentos, com a sua visão da questão educacional.

(64) Simão e Koff, A.M.N. e outros. Programa de Educação Integrada. In: Correia A. L. (org) *Educação de massas...* op. cit., p. 177.  
 (65) Entrevista feita por mim com o Pe. Sportotomo na sede do Mobral no Rio de Janeiro em 19.08.1971, acompanhando o jornalista Mário Ribeiro, para a revista VISÃO.

tiva a partir do indivíduo e não da sociedade e com o interesse de desenvolver o programa que organizava. Ele fixava arbitrariamente em 10% de número fictício de alunos (os "alunos conveniados") para frequentar o programa de educação integrada, fazendo-os coincidir com aquele que supostamente era o índice de atendimento do programa. E, a partir dos dados difundidos pelo Mobral ao longo da década, tais índices, na verdade, não podem ser encontrados.

Os dados do Programa de Educação Integrada consideram "alunos novos atendidos", deixando margem à dúvida se se trata do número de alunos matriculados, alunos que chegaram ao fim do programa, de alunos conveniados, tornando inviável qualquer comparação com os dados divulgados pelo Programa de Alfabetização Funcional. Mas mesmo que tal comparação fosse possível ela não permitiria avaliar em que medida o PEI significa educação continuada de recém-alfabetizados do Mobral pois não existem informações capazes de assegurar que os alunos de educação integrada sejam os mesmos que se alfabetizaram através das classes do movimento. Ao contrário, é mesmo provável que o programa abrigue alunos de mais variada procedência e que a maioria deles não seja proveniente das classes do Mobral.

As dimensões atingidas pelo PEI são indicadas pelo número de alunos, conforme a tabela seguinte (66).

Ano	Nº de alunos novos atendidos pelo PEI
1971	33.462
1972	511.509
1973	549.865
1974	508.802
1975	513.479
1976	440.521
1977	625.294
1978	351.173

Observa-se aí que o programa de educação integrada começou a ser difundido a partir de 1972, através de convênios firmados entre o

(66) Estes dados 1971-1977 provêm da publicação do Mobral *Educação de massa...* op. cit., p. 191. Os dados para 1978 e 1979 provêm, respectivamente, do *Relatório 1974-1978* e do *Relatório 1979* do Mobral, sendo que o dado de 1979 indica a posição relativa a novembro de 1979.

Mobral e as Secretarias de Educação, funcionando como alternativa aos programas previamente existentes de ensino supletivo de 4 anos. Através de tais convênios tem o Mobral fornecido material didático (e metodologia suposta pela sua utilização) e o treinamento dos professores bem como — conforme ocorreu em 1979 na maioria dos estados — gratificação e complemento salarial aos professores e ajuda na manutenção dos mesmos durante o treinamento. As Secretarias de Educação tem oferecido ao programa os recursos humanos e instalações necessárias e se encarregado da organização do programa. A supervisão desta programação condensada dos 4 primeiros anos do ensino de primeiro grau em 720 Horas/aula (que pode ser cumprida num prazo variável entre 10 e 18 meses) esteve a cargo, entre 1972 e 1976, das Secretarias Estaduais de Educação, passando a ser realizada diretamente pelo Mobral a partir de 1977.

O Programa de Educação integrada adquiriu maior peso quando, em 1973, teve a sua equivalência às primeiras 4 séries do primeiro grau reconhecida pelo Conselho Federal de Educação. No ano seguinte o Mobral logrou obter a autorização para expedir seus próprios certificados, os quais deveriam — porém — ser referendados pelo órgão responsável pelo sistema de ensino local (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação). Esta exigência desapareceu em 1978 quando o movimento foi autorizado a realizar convênios com escolas particulares que podem expedir certificados com validade nacional. Observe, assim, uma progressiva autonomização do Mobral em relação às Secretarias de Educação, a qual se reflete na passagem da responsabilidade da supervisão das Secretarias para o Mobral, nas crescentes ofertas de gratificação e complementações salariais aos professores de educação integrada e na assinatura de convênios com entidades privadas e organismos públicos estaduais e municipais de administração do ensino no que concerne à própria execução do Programa de Educação Integrada, da mesma maneira que procurava colocar-se fora do controle do Ministério da Educação e Cultura em relação ao conjunto de sua programação. O movimento assehorou-se, desta forma, de atribuições que cabem às SECs e ao próprio MEC (atribuições de seu Departamento de Ensino Supletivo), preenchendo-as de maneira autônoma e controlando recursos vultosos que poderiam servir a uma atuação mais efetiva dos departamentos competentes do Ministério da Educação.

A avaliação do Programa de Educação Integrada é, porém, tão difícil e problemática quanto a avaliação do desempenho do Ensino Supletivo.

tiva a partir do indivíduo e não da sociedade e com o interesse de defender o programa que organizava. Ele fixava arbitrariamente em 10% de número fictício de alunos (os "alunos conveniados") o percentual dos que atingiram suficiente "nível de aspiração" para frequentar o programa de educação integrada, fazendo-os coincidir com aquele que supostamente era o índice de atendimento do programa. E, a partir dos dados difundidos pelo Mobral ao longo da década, tais índices, na verdade, não podem ser encontrados.

Os dados do Programa de Educação Integrada consideraram "alunos novos atendidos", deixando margem à dúvida se se trata do número de alunos matriculados, alunos que chegaram ao fim do programa, alunos conveniados, tornando inviável qualquer comparação com os dados divulgados pelo Programa de Alfabetização Funcional. Mas mesmo que tal comparação fosse possível ela não permitiria avaliar em que medida o PEI significa educação continuada de recém-alfabetizados do Mobral pois não existem informações capazes de assegurar que os alunos de educação integrada sejam os mesmos que se alfabetizam através das classes do movimento. Ao contrário, é mesmo provável que o programa abrigue alunos de mais variada procedência e vável que a maioria deles não seja proveniente das classes do Mobral.

As dimensões atingidas pelo PEI são indicadas pelo número de alunos, conforme a tabela seguinte (66).

Ano	Nº de alunos novos atendidos pelo PEI
1971	33.462
1972	511.509
1973	549.865
1974	508.802
1975	513.479
1976	440.521
1977	625.294
1978	351.173

Observa-se aí que o programa de educação integrada começou a ser difundido a partir de 1972, através de convênios firmados entre o

(66) Estes dados 1971-1977 provêm da publicação do Mobral *Educação de massas...*, op. cit., p. 191. Os dados para 1978 e 1979 provêm, respectivamente, do *Relatório 1974-1978* e do *Relatório 1979* do Mobral, sendo que o dado de 1979 indica a posição relativa a novembro de 1979.

Mobral e as Secretarias de Educação, funcionando como alternativa aos programas previamente existentes de ensino supletivo de 4 anos. Através de tais convênios tem o Mobral fornecido material didático (e metodologia suposta pela sua utilização) e o treinamento dos professores bem como — conforme ocorreu em 1979 na maioria dos casos — gratificação e complementação salarial aos professores e ajuda na manutenção dos mesmos durante o treinamento. As Secretarias de Educação tem oferecido ao programa os recursos humanos e as instalações necessárias e se encarregado da organização do programa. A supervisão desta programação condensada dos 4 primeiros anos do ensino de primeiro grau em 720 Horas/aula (que pode ser cumprida num prazo variável entre 10 e 18 meses) esteve a cargo, entre 1972 e 1976, das Secretarias Estaduais de Educação, passando a ser realizada diretamente pelo Mobral a partir de 1977.

O Programa de Educação integrada adquiriu maior peso quando, em 1973, teve a sua equivalência às primeiras 4 séries do primeiro grau reconhecida pelo Conselho Federal de Educação. No ano seguinte o Mobral logrou obter a autorização para expedir seus próprios certificados, os quais deveriam — porém — ser referendados pelo órgão responsável pelo sistema de ensino local (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação). Esta exigência desapareceu em 1978 quando o movimento foi autorizado a realizar convênios com escolas particulares que podem expedir certificados com validade nacional. Observe, assim, uma progressiva autonomização do Mobral em relação às Secretarias de Educação, a qual se reflete na passagem da responsabilidade da supervisão das Secretarias para o Mobral, nas crescente oferta de gratificação e complementações salariais aos professores de educação integrada e na assinatura de convênios com entidades privadas no que concerne à própria execução do Programa de Educação Integrada. O movimento colocou-se, assim, fora do controle dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura em relação ao conjunto de programas que cabem às SECs e ao próprio MEC (atribuições de seu Departamento de Ensino Supletivo), preenchendo-as de maneira autônoma e controlando recursos vultosos que poderiam servir a uma atuação mais efetiva dos departamentos competentes do Ministério da Educação.

A avaliação do Programa de Educação Integrada é, porém, tão difícil e problemática quanto a avaliação do desempenho do Ensino Supletivo.

vo Comum. Seriam necessárias pesquisas específicas e detalhadas sobre tais programas, as quais não existem ou não são acessíveis. Mesmo em termos quantitativos, as informações disponíveis sobre o ensino supletivo são precárias e desconstruídas. Deve no entanto, ser motivo de preocupação o caráter cada vez mais autônomo da atuação do Mobral no campo do ensino supletivo. Como o PEI não representa uma forma segura de continuação dos estudos pelos alfabetizados do Mobral, ele termina se caracterizando como uma alternativa de estudo condensado para os alunos potenciais do supletivo em geral. A existência de tal alternativa é, em si positiva. Mas, a forma como ela é oferecida à população implica numa apropriação pelo Mobral de atribuições próprias do Ministério e das Secretarias de Educação, montando o movimento uma espécie de sistema paralelo de ensino supletivo que assegura o poder da burocracia do Mobral e faz, talvez, crescer as chances de sua sobrevivência, mas não resolve o problema específico da campanha alfabetizadora: o de evitar a regressão ao analfabetismo dos contingentes que alfabetizou assegurando que seus ex-alunos se integrem numa programação de educação continuada. Mas certamente a autonomia conseguida pelo Mobral e que se reflete também no Programa de Educação Integrada está ligada à sua função político-ideológica e se reflete nas tentativas feitas pelo Movimento para sobreviver ao seu 10º aniversário.

## **NOTA SOBRE FAMÍLIA, TV E CRIANÇA**

Pedro Gilberto Gomes

### **1. INTRODUÇÃO**

Não é fácil falar sobre a TV, a família e a criança, relacionando-as entre si. Principalmente porque as opiniões divergem muito. A famí-